

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.103 - RS (2019/0128697-4)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : JOSE MAURITI VARGAS VIDAL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO : DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
INTERES. : LUCIANO LONDERO DE SOUZA

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por JOSE MAURITI VARGAS VIDAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim ementado:

ADMINISTRATIVO REINTEGRAÇÃO DE POSSE
CONSTRUÇÃO DENTRO DE FAIXA DE DOMÍNIO DE RODOVIA
LEI N 6766/79 COMPROVAÇÃO PRAZO PARA DESOCUPAÇÃO E
DEMOLIÇÃO

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação do art. 1.022 do CPC.

Quanto à segunda controvérsia, também pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 4º, III, da Lei n. 6.766/79 e 1º, § 2º, do Decreto n. 7.929/2013, no que concerne ao suposto esbulho possessório, trazendo os seguintes argumentos:

Cabe salientar, contudo, que o referido diploma visa regular o parcelamento do solo urbano, mais particularmente os loteamentos públicos ou privados - do solo. Ocorre que não há nos autos prova alguma no sentido de que a construção edificada pelo autor seja oriunda de loteamento. Portanto, a referida lei é inaplicável à espécie (fls. 290/291).

Note-se, portanto, que de 1985 a 2013 inexistia, no âmbito nacional, regulamentação expressa a respeito da largura mínima de distância para construções em relação ao eixo da via férrea. Daí a necessidade da ré de se socorrer de um dispositivo isolado na Lei de Parcelamento do Solo Urbano para justificar o seu direito. O que se percebe, todavia, é que, ao tempo em que o autor edificou o único imóvel de sua propriedade e no qual reside, inexistia norma jurídica que o obrigasse a obedecer uma distância mínima em relação aos dormentes dos trilhos (fls. 293).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente aponta violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sem especificar, todavia, quais os incisos foram contrariados, a despeito da indicação de omissão, contradição, obscuridade ou erro material.

Quanto à segunda controvérsia, no que concerne à violação do art. 4º, III, da Lei n. 6.766/79, incide o óbice da Súmula n. 211/STJ, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; e REsp n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019.

Ademais, quanto à suposta violação do art. 1º, § 2º, do Decreto n. 7.929/2013, não é cabível o recurso especial porque fundado na violação de dispositivo contido em decreto. Com efeito, esse ato normativo não está compreendido no conceito de lei federal.

Nesse sentido: “É assente nesta Corte que o comando legal inserido em decreto não se enquadra no conceito de lei federal, o que inviabiliza a discussão quanto à sua inteligência em recurso especial” (AgInt no AREsp 994.840/RJ, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 6/04/2017, DJe de 19/4/2017).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: REsp 1155590/DF, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 27/11/2018, DJe de 7/12/2018; e AgRg no REsp 1384034/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 17/3/2016, DJe de 29/3/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já**

arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de maio de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

